



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 24 • 30/10 a 05/11/05 • ISSN 1809-6182

Análise

05/11/2005 - O IRA e o acordo de desarmamento de julho de 2005p.01

O desarmamento anunciado no dia 28 de julho de 2005 pelo IRA deve ser entendido dentro de um contexto internacional maior de repúdio ao terrorismo. Enquanto o IRA sempre foi visto como um problema de ordem interna a ser resolvido pelo governo inglês, a partir de 11 de setembro de 2001, ele passa a ser julgado como qualquer grupo terrorista, perdendo, assim, o apoio que encontrava nos cidadãos comuns. Esta mudança cognitiva que desloca o foco da discussão sobre o terrorismo dos objetivos pretendidos para os meios violentos para tal foi o que gerou um ambiente propício para que o IRA aceitasse a deposição das armas.

Resenhas:

30/10/2005 - Divulgado o relatório final sobre o Programa Petróleo por comidap.05

Após a divulgação do relatório final acerca das investigações das irregularidades no Programa Petróleo por Comida no Iraque, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, conclamou os Estados membros a lutar contra as práticas ilegais das companhias sob jurisdição da ONU.

03/11/2005 - Ameaçada trégua entre israelenses e palestinosp.07

Nova onda de violência ameaça o acordo de paz acertado entre o governo israelense e a Autoridade Nacional Palestina (ANP).

03/11/2005 - Presidente iraniano não reconhece o direito à existência de Israelp.10

Em conferência, presidente iraniano retoma palavras de revolucionário e diz que Israel deve ser varrido do mapa, causando reações em todo o mundo.

O IRA e o acordo de desarmamento de julho de 2005

Análise
Segurança

Prof. Cristiano Mendes e Viviane Gomide
05 de novembro de 2005

O desarmamento anunciado no dia 28 de julho de 2005 pelo IRA deve ser entendido dentro de um contexto internacional maior de repúdio ao terrorismo. Enquanto o IRA sempre foi visto como um problema de ordem interna a ser resolvido pelo governo inglês, a partir de 11 de setembro de 2001, ele passa a ser julgado como qualquer grupo terrorista, perdendo, assim, o apoio que encontrava nos cidadãos comuns. Esta mudança cognitiva que desloca o foco da discussão sobre o terrorismo dos objetivos pretendidos para os meios violentos para tal foi o que gerou um ambiente propício para que o IRA aceitasse a deposição das armas.

No dia 28 de Julho de 2005, o Exército Republicano Irlandês, o IRA, anunciou o início de seu processo de desarmamento. De acordo com a declaração dada pelo grupo, todos os voluntários deveriam entregar suas armas e não se envolver em nenhuma atividade que não tivesse como objetivo a busca pela paz na região, através de meios políticos.

Dentre todas as tentativas de acordos de paz já realizadas na história do IRA, a entrega de armas sempre se mostrou como um dos pontos mais polêmicos e de difícil cumprimento. No Acordo de Belfast¹, por exemplo, mais comumente conhecido como Acordo da Sexta Feira Santa, a cláusula relacionada ao desarmamento era a que apresentava maior dificuldade de implementação, e

abrangia todos os grupos paramilitares irlandeses, e não somente o IRA.

Todos os participantes [dos partidos políticos] reafirmam os seus compromissos com o desarmamento total de todas as organizações paramilitares. Eles também confirmam a sua intenção de continuar seus trabalhos de forma construtiva e com boa fé com a Comissão Independente, e usar todas as influências que podem ter para conseguir o desarmamento de todos os grupos paramilitares dentro de dois anos após a ratificação do acordo por referendo no Norte e no Sul. (tradução nossa)

Apesar de o Acordo afirmar que o desarmamento deveria ocorrer em dois anos, e ter sido ratificado pelo *Sinn Féin* (braço político do IRA), isso nunca aconteceu. O IRA sempre afirmou que a entrega de suas armas seria vista como uma desistência da causa pela qual eles lutaram nos últimos 30 anos – a independência da Irlanda do Norte perante a Inglaterra e a reunificação à República da Irlanda.

¹ Acordo assinado em 10 de Abril de 1998 por todos os partidos políticos da Irlanda do Norte, com exceção do *Democratic Unionist Party* e do *United Kingdom Unionist Party*, partidos protestantes que boicotaram o Acordo.

Para compreendermos as causas que levaram o IRA a entregar suas armas, devemos analisar estas decisões não como um fato isolado e, sim, como o resultado de um amplo processo de mudança cognitiva em relação ao Exército Republicano Irlandês, que criou ambiente propício para as negociações que culminaram neste acordo.

Apesar de as ações do IRA serem realizadas por um número restrito de indivíduos, o que sempre sustentou a viabilidade do grupo foi o apoio que o mesmo encontrava na população católica, tanto da República da Irlanda, quanto da Irlanda do Norte. Seja através do repasse de informações, da permissão para que foragidos se escondessem em suas casas durante curtos períodos, ou, até mesmo, através do fornecimento de meios materiais (como automóveis, alimentos e roupas), o fato é que este tipo de suporte feito por cidadãos comuns evitou que o IRA se tornasse alvo fácil frente à repressão da polícia inglesa.

Tanto por parte dos membros do IRA, quanto por parte da maioria da população católica, as ações do grupo seriam legítimas uma vez que, segundo suas concepções, a Inglaterra exerceria um domínio de forma indevida na Irlanda do Norte, pois consideravam os seis condados que a formam como extensão natural e histórica da pátria irlandesa. Assim, ações violentas eram contemporizadas, já que tinham por objetivo expulsar o domínio inglês do território invadido.

Por outro lado, a população protestante que habita a Irlanda do Norte, e a maioria dos cidadãos ingleses, achava que as ações do IRA não teriam legitimidade, uma vez que viam a Irlanda do Norte como pertencendo ao Reino Unido, apesar da relativa autonomia que este território já alcançara. De qualquer forma, para o governo inglês, o combate às ações do IRA nada mais seria que a defesa natural e legítima de um Estado que vê seu

monopólio sobre a violência ameaçado.

O que mudou nos últimos anos foi justamente a concepção sobre a legitimidade do uso da violência para se alcançar determinados objetivos. Enquanto o Estado continua sendo o detentor legítimo do uso da força física dentro do seu território, a complacência para que outros atores usem a violência em situações específicas e em nome de causas consideradas justas foi diminuindo.

Em termos formais, estes atores nunca tiveram direito ao uso da força, a não ser que fossem vistos como movimentos de libertação nacional, e não como grupos terroristas. Entretanto, dentro de determinados contextos, havia sempre uma maior ou menor simpatia ou relativa aceitação por parte da opinião pública internacional em relação a estes tipos de conflitos, de acordo com os objetivos em questão. Assim, no caso do Exército Republicano Irlandês, apesar da ausência de legitimidade formal para fazer uso da violência, o grupo sempre encontrou apoio da população católica, já que esta mesma população compartilhava dos ideais defendidos pelo IRA.

Hedley Bull, considerado um dos principais autores da chamada Escola Inglesa, analisa em sua obra *A Sociedade Anárquica*¹ a possibilidade de falarmos em regras sociais em um ambiente internacional caracterizado pela anarquia². Segundo Bull, estamos diante de uma Sociedade de Estados a partir do momento em que seus membros aceitam, de forma recíproca, a soberania de cada um, bem como a existência de interesses e valores compartilhados.

¹ Bull, 2002.

² Apesar de Bull não ser considerado um autor realista, este parte de algumas premissas do realismo, como, por exemplo, a descrição do ambiente internacional como anárquico – ou seja, um lugar no qual se encontram relações de poder, mas não de autoridade.

Existe uma 'sociedade de estados' (ou 'sociedade internacional') quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns.³

Ainda, segundo o autor, esta Sociedade de Estados geraria a necessidade, dentre seus membros, de impor limites, inclusive, ao uso da violência.

Em qualquer sociedade a manutenção da ordem pressupõe que haja entre os seus membros (ou pelo menos entre os seus membros politicamente ativos) uma percepção de interesses comuns nos objetivos elementares da vida social. Assim, a vulnerabilidade humana à violência e a inclinação a recorrer a ações violentas levam os homens à noção de que há um interesse comum na limitação da violência.⁴

Segundo Bull, a existência de guerras e conflitos não anularia a possibilidade de uma Sociedade Internacional, uma vez que até mesmo estes fenômenos acontecem dentro de determinado arcabouço básico de regras⁵.

O que sempre esteve em questão no caso do IRA era o estabelecimento destas regras mínimas de convivência entre atores internacionais. Até os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, existia uma certa visão tácita de que atos de violência ocorridos no interior de um Estado Nação, ou que questionassem os limites do mesmo, deveriam ser julgados tendo em vista os objetivos propostos, e não tanto os meios para que os mesmos fossem atingidos. Apesar de existirem

limites ao instrumental utilizado na conquista dos seus objetivos, estes eram relativamente flexíveis, uma vez que se concordava com o fim a ser atingido. Assim, a maior parte dos debates em relação ao IRA, antes do 11 de setembro, focava mais no fato de a Irlanda do Norte pertencer, ou não, à Inglaterra, e não no fato de ser, ou não, legítimo o uso da violência por parte dos separatistas⁶.

Mas, como todo padrão cultural está sujeito às mudanças, pode-se dizer que, no caso do IRA, especificamente, algumas transformações nesta estrutura cognitiva começaram a afetar o *modus operandi* do grupo, já que o mesmo, nos últimos anos, deixou de contar com uma base de apoio popular.

Alexander Wendt, autor construtivista das Relações Internacionais, chama a atenção para o papel das idéias, culturas e cognições no ambiente internacional⁷. Segundo o autor, apesar de não podermos ignorar o papel que as forças materiais possuem sobre as ações dos atores, devemos ter em consideração que estas forças somente ganham sentido e efetividade uma vez que são filtradas cognitivamente pelos indivíduos em contato com elas. Assim, algumas mudanças na estrutura do sistema internacional não devem ser vistas, necessariamente, como produto da mudança do jogo de forças ou da capacidade material dos Estados, e sim, como resultado de processos de deslocamentos culturais que acabam por gerar uma outra percepção sobre a materialidade:

Em uma definição social de estrutura, o conceito de mudança estrutural refere-se a mudanças nestas culturas (....) e não a mudanças na polaridade

³ Bull, 2002, p. 19.

⁴ Bull, 2002, p.65.

⁵ Como exemplos de regras que são geralmente respeitadas, mesmo em situações de conflito, Bull cita na sua obra 'A Sociedade Anárquica': a inexistência de guerras absolutas, a manutenção de canais de comunicação diplomáticos entre Estados em conflito, a necessidade de avisos antecedendo os ataques e a necessidade de justificar o uso violência.

⁶ Como exemplo referente a este argumento, *vide* discursos do governo Tony Blair anteriores e posteriores aos ataques do 11 de setembro. www.number-10.gov.uk/output/page5.asp

⁷ Wendt, 1999.

material.(tradução nossa)⁸

Ao que tudo indica, a relativa facilidade com que os acordos de paz foram ganhando forma nos últimos anos pode ser explicada muito mais através da observação de uma mudança cognitiva em relação ao uso da violência, que propriamente, a alguma mudança no jogo de forças. A capacidade ofensiva, em termos materiais, do Exército Republicano Irlandês continuou praticamente a mesma nos últimos anos e a efetividade das ações da polícia inglesa não alcançou maior sucesso se comparado com tempos anteriores. Portanto, somente uma mudança cognitiva em relação ao IRA pode explicar a inclinação deste em fechar acordos que envolvessem o depor armas e declarar a paz. O fim do apoio da população católica ao uso da violência, independente do objetivo a ser alcançado, minou as bases de sustentação do IRA. Tendo como interlocutor um governo disposto a dialogar e não contando mais com o apoio popular, o Exército Republicano Irlandês viu, como única saída, ceder às propostas inglesas.

Referencia

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Ed.UnB, 2002.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁸ Wendt, 1999, p. 20.

Divulgado o relatório final sobre o Programa Petróleo por comida

Resenha
Segurança / Comércio

Ana Flávia Lima Teles
30 de outubro de 2005

Após a divulgação do relatório final acerca das investigações das irregularidades no Programa Petróleo por Comida no Iraque, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, conclamou os Estados membros a lutar contra as práticas ilegais das companhias sob jurisdição da ONU.

Segundo o quinto e último relatório do Comitê Independente de Investigação (CII), divulgado no dia 27 de outubro de 2005, mais de 2.000 companhias (dentre elas Daimler Chrysler, Siemens e Volvo) que fizeram negócios com a Organização das Nações Unidas (ONU), no programa Petróleo por Comida no Iraque, estavam envolvidas em casos de suborno e corrupção, que permitiram o regime de Saddam Hussein arrecadar cerca de 2 bilhões de dólares.

O relatório documentou manipulação dos 64 bilhões de dólares do programa, que foi lançado pela ONU em 1996 para permitir o Iraque, que estava sofrendo embargo comercial desde 1990, vender petróleo para comprar alimento, remédios e outros produtos para ajuda humanitária.

O relatório confirmou que através do programa, o Iraque vendeu um total de 64.2 bilhões de dólares de petróleo a 248 companhias, das quais 139 fizeram pagamentos ilícitos. Das 3.614 companhias que venderam 34.5 bilhões de dólares de bens humanitários ao Iraque, o relatório detectou que 2.253 fizeram pagamentos irregulares. O total que Iraque arrecadou das companhias, que

foram registradas em 66 países, foi de 1.8 bilhões de dólares.

O ex-presidente do Federal Reserve Bank (FED) e líder do CII, Paul Volcker contrastou esse montante aos 11 bilhões de dólares que Saddam conseguiu através da venda de petróleo fora do programa, algumas vendas, segundo ele, eram do conhecimento do Conselho de Segurança que teria o dever de supervisionar a operação.

O relatório também destacou que a iniciativa do Conselho de Segurança e membros da ONU fracassaram em suas responsabilidades de controlar a integridade do programa. As regras e responsabilidades do secretariado do Conselho de Segurança e do Comitê 661, que aprovou todos os contratos, nunca foram claramente definidas. Paul Volcker salientou que as diferenças políticas e pressões dentro da ONU frustraram uma resposta eficiente aos casos de irregularidades e contribuíram para a corrupção do programa.

O chefe do CII listou políticos na Rússia, França, Reino Unido, Itália e outras nações que estavam recebendo favores de Saddam Hussein em troca da suspensão das sanções no Iraque estabelecidas em 1990.



O relatório não encontrou nenhuma evidência da influência do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, no processo de seleção das companhias, que escolheu uma empresa na qual seu filho, Kojo Annan, trabalhava. Também não foi encontrada nenhuma evidência de corrupção pelo banco Pariba bank, responsável por gerenciar a conta do programa

Kofi Annan ressaltou que tem iniciado reformas depois dos relatórios anteriores e destacou o papel significativo desempenhado pelo programa em assegurar aos iraquianos comida e remédios durante as sanções de 1996 até 2003. Ele também reiterou seu compromisso na reforma da estrutura administrativa das Nações Unidas em resposta às falhas a respeito da manipulação do programa por Saddam Hussein em benefício próprio.

Referência

Sites:

ONU -

<http://www.un.org>

BBC News -

<http://www.news.bbc.co.uk>

Reuters -

<http://www.reuters.com>

Ver também:

15/09/2005 - [Divulgado relatório do Programa Petróleo por comida](#)

08/07/2005 - [Novos desdobramentos na Investigação do Programa Petróleo por comida](#)

03/04/2005 - [Relatórios de investigação sobre o Programa Petróleo por comida](#)

Ameaçada trégua entre israelenses e palestinos

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
03 de novembro de 2005

Nova onda de violência ameaça o acordo de paz acertado entre o governo israelense e a Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Um novo período de violência entre israelenses e palestinos teve início na segunda-feira, 24 de outubro de 2005, quando Majed al Aksar, um líder das Brigadas dos Mártires de Al Aqsa¹ [ver: [Brigada dos Mártires de Al-Aqsa](#)], e Luai Saadi, um comandante local do grupo extremista palestino Jihad Islâmico [ver: [Jihad Islâmico](#)], foram mortos em uma operação do exército israelense na cidade de Tulkarem, na Cisjordânia. Luai Saadi era o líder da célula responsável por vários ataques contra alvos israelenses, incluindo ataques suicidas contra uma boate em Tel Aviv, em fevereiro de 2005, e contra um mercado em Netanya, em julho do mesmo ano. No total, dez pessoas morreram e dezenas ficaram feridas nesses dois ataques.

Em resposta aos assassinatos, militantes palestinos prometeram retaliação, tendo lançado, desde então, dezenas de foguetes Qassam, de fabricação caseira, contra Israel, o que levou o exército israelense a manter suas incursões aéreas e seus disparos de artilharia contra a Faixa de Gaza.

Uma explosão também ocorreu na quarta-feira, 26 de outubro de 2005, em resposta aos assassinatos, tendo sido realizada no mercado da cidade de Hadera, quando 5 pessoas morreram e ao menos 20 foram feridas. A explosão foi provocada por um ataque suicida do grupo extremista palestino Jihad Islâmico, que assumiu o atentado.

A ação foi condenada tanto pelas autoridades palestinas quanto pelo governo israelense. O negociador palestino, Saeb Erekat, classificou a ação como um ataque terrorista. O porta-voz do governo israelense, David Baker, por sua vez, culpou a Autoridade Nacional Palestina (ANP) pelo atentado, declarando que a mesma alimenta as redes terroristas e não toma medidas eficazes no sentido de desarmar os grupos extremistas palestinos.

Desde 25 de outubro de 2005, em resposta aos recorrentes ataques palestinos, várias operações aéreas foram realizadas pelo exército israelense contra alvos das milícias palestinas e contra zonas abertas, com efeitos de dissuasão e com o objetivo de impedir que novos ataques ocorram. Além disso, dezenas de supostos membros do Jihad Islâmico foram detidos pelo governo de Israel.

¹ A Brigada dos Mártires de Al-Aqsa é, desde o início de 2002, uma organização político-militar formal, tendo ligação com o movimento Fatah de Yasser Arafat.

Uma operação militar de duas frentes – na Cisjordânia e na Faixa de Gaza – também foi colocada em prática pelo governo israelense na quinta-feira 27 de outubro de 2005, em resposta ao atentado.

O Exército israelense impôs toque de recolher na Cisjordânia e fechou todas as fronteiras com o território palestino. O norte da Cisjordânia foi isolado e veículos palestinos foram proibidos de circular na região.

Além disso, uma operação contra o lançamento dos foguetes Qassam foi realizada no norte de Gaza, e forças terrestres devem fazer uma incursão na região.

Segundo fontes do Exército, as operações devem ter por alvo militantes do Jihad Islâmico. As fontes acusaram a Síria de encorajar e apoiar a atividade do grupo, declarando ainda que as forças israelenses irão tomar toda a responsabilidade pela segurança na Cisjordânia, já que a ANP “não está cuidando da questão”.

A tensão na região, que já dura vários dias, ameaça o acordo de paz realizado há oito meses entre israelenses e palestinos. Em março de 2005, grupos extremistas palestinos concordaram em aderir a um cessar-fogo que tinha sido acordado no mês anterior entre o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, e o primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon durante a cúpula de Sharm el Sheikh. Essa onda de violência representa o período mais violento desde a saída dos israelenses de Gaza, em operação que foi concluída em 12 de setembro de 2005. [ver: [Começa a retirada israelense dos territórios ocupados](#)]

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com.br/>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br/>

Haaretz

<http://www.haaretzdaily.com/>

Ministério das Relações Exteriores de Israel

<http://www.israel-mfa.gov.il/mfa/>

Ver também:

03/11/2005 - [Presidente iraniano não reconhece direito à existência de Israel](#)

07/10/2005 - [Desdobramentos da retirada de Gaza e vitória de Ariel Sharon](#)

07/09/2005 - [A candidatura de Netanyahu à presidência do Likud](#)

19/08/2005 - [Começa a retirada israelense dos territórios ocupados](#)

13/05/2005 - [Eleições na Palestina](#)

11/11/2005 - [A morte de Yasser Arafat e a distribuição de poder entre as autoridades palestinas](#)

12/08/2005 - [Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia](#)

10/06/2005 - [A aprovação do plano de retirada pelo gabinete ministerial israelense](#)

03/06/2005 - [Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon](#)

03/03/2005 - [Retomada do clima de negociações após eleição de Mahmoud Abbas](#)

17/11/2004 - [Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp](#)

13/11/2004 - [O recente panorama dos ataques terroristas a Israel](#)

06/11/2004 - [Jihad Islâmica](#)

06/11/2004 - [A provável saída de Arafat e a disputa interna na Autoridade Nacional Palestina](#)

05/11/2004 - [Yasser Arafat: um perfil do líder palestino](#)

05/11/2004 - [Hezbollah](#)

05/11/2004 - [Brigada dos Mártires de Al-Aqsa](#)

Presidente iraniano não reconhece o direito à existência de Israel

Resenha
Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
03 de novembro de 2005

Em conferência, presidente iraniano retoma palavras de revolucionário e diz que Israel deve ser varrido do mapa, causando reações em todo o mundo.

Falando em uma conferência, cujo tema era “Um mundo sem sionismo¹”, o Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, utilizando-se de palavras do líder revolucionário que levou os xiitas ao poder no Irã, Ayatollah Ruhollah Khomeini, declarou no dia 26 de outubro que Israel deveria ser arrancado do mapa, condenando qualquer país islâmico que busque uma atitude cooperativa com Israel.

Desde que assumiu o cargo em agosto deste ano², a política externa iraniana vem se modificando em favor de uma linha mais dura com relação ao Ocidente. Pode-se citar a reativação de seu programa nuclear³ e a troca de acusações mútuas com o Reino Unido⁴. Analistas dizem que Ahmadinejad, através dessa declaração, demonstrou claramente um retorno da política externa do movimento revolucionário da década de 80, que misturava populismo com fundamentalismo religioso.

Apesar da grande movimentação internacional condenando a atitude, os países árabes se silenciaram diante da polêmica instalada. Analistas acreditam que rivais do Irã se sintam beneficiados em ver o regime extremista iraniano isolado.

O presidente iraniano afirmou que caberia aos palestinos destruir o estado israelense. Um dos negociadores deste país com Israel, Saeb Erekat, rejeitou as declarações de Ahmadinejad.

Israel respondeu as declarações feitas na conferência anti-sionista defendendo a expulsão do Irã da Organização das Nações Unidas (ONU), convocando a comunidade internacional a lidar com este desrespeito à carta da ONU. O pedido não foi feito de forma formal. Mesmo com uma forte crítica da Europa à postura iraniana, os principais líderes do continente, bem como a Rússia se opuseram à expulsão. O Ministro de defesa israelense, Shaul Mofaz, disse que o Irã pode desenvolver bombas nucleares em meses e que uma ação rápida é necessária para prevenir que isto aconteça.

Na Europa, diversos países convocaram os embaixadores iranianos para se explicarem. Em reunião no dia 28 de outubro, os presidentes dos 25 países da

¹ Movimento que data do século XIX em prol da reconstituição do território judeu.

² Ver: As eleições no Irã

³ Ver: Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclear

⁴ Ver: Os atentados no Irã e no Iraque

União Européia fizeram uma declaração conjunta de repúdio às declarações feitas pelo presidente iraniano. No mesmo dia, o Presidente britânico, Tony Blair, disse acreditar que o Irã pode vir a representar uma ameaça à paz e à ordem internacional, sugerindo que ações militares no Irã não podem ser mais descartadas.

Ao mesmo tempo em que os líderes da UE estavam reunidos, no Irã mais de um milhão de pessoas saíram às ruas em diversas cidades para apoiar a destruição do estado israelense. Bandeiras estadunidenses, britânicas e israelenses foram queimadas em meio a gritos de morte a estes países e a defesa do direito iraniano de desenvolver tecnologia nuclear. Ahmadinejad, que se uniu à marcha na cidade de Teerã, capital do Irã, aproveitou a oportunidade para reafirmar sua hostilidade em relação a Israel. O embaixador iraniano em Moscou, contudo, afirmou que o país não pretende iniciar um conflito internacional. A Rússia que vinha apoiando o Irã em seu programa nuclear condenou a atitude do país.

O Conselho de Segurança (CS), através de uma declaração conjunta, lembrou ao Irã que, segundo a carta da ONU, os países não podem ameaçar a utilização da força. O ministro das relações exteriores iraniano acusou o CS de ser parcial favorecendo Israel e por isso rejeitou a declaração.

Em Berlim, capital da Alemanha, ocorreram marchas em favor da libertação do território palestino. A marcha ocorreu de forma pacífica, muito embora autoridades do país proibissem os manifestantes de queimar bandeiras ou carregar faixas ofensivas a Israel.

Os Estados Unidos afirmam que estas declarações demonstram a veracidade do receio estadunidense com relação ao programa nuclear iraniano.

O presidente Ahmadinejad alegou que: “minhas palavras foram às palavras da

nação iraniana. Ocidentais são livres para comentar, mas sua reação é inválida”. Internamente, algumas lideranças políticas como o ex-presidente, Mohammad Khatami, condenou a atitude de Ahmadinejad, caracterizando-a como ilógica e irresponsável. Segundo analistas foi a primeira vez em um quarto de século que houve uma cisão dentro do regime político iraniano pós Khomeini

No dia 1ª de novembro, dez mil manifestantes gritaram morte aos Estados Unidos e a Israel, em frente a embaixada estadunidense no Irã, em comemoração a tomada da mesma embaixada em 1979 por estudantes iranianos. No dia seguinte, uma bomba explodiu nos escritórios de uma companhia aérea britânica na capital iraniana, ninguém se feriu. Neste mesmo dia, o Irã anunciou a substituição de quarenta diplomatas que mantinham uma atitude mais cooperativa com o ocidente.

Tony Blair afirmou que uma ação militar não está sendo considerada contra o Irã, negando as interpretações que a imprensa havia feito sobre seus pronunciamentos logo após as declarações do presidente iraniano.

Referência

Sites:

International Herald Tribune

<http://www.ihrt.com/>

Scotsman

<http://www.scotsman.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

- 03/03/2005 - [Os autores de atentados no Iraque: caracterização e perspectivas.](#)
- 16/06/2005 - [A questão nuclear no Irã.](#)
- 01/07/2005 - [As Eleições no Irã.](#)
- 25/08/2005 - [Prazo final da constituição iraquiana é adiado mais uma vez.](#)
- 29/08/2005 - [Irã retoma atividade nuclear.](#)
- 31/08/2005 - [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano.](#)
- 14/09/2005 - [Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o Irã acirra debate nuclear.](#)
- 29/09/05 - [Resolução européia sobre o Irã é aprovada na AIEA.](#)
- 27/10/2005 - [Atentados no Irã e no Iraque](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaela Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>